

Assembléia muda o seguro de vida

AJ11967

MILTON SAMPAIO/AT

Com troca de acusações, os deputados decidiram que a Assembléia vai indenizar segurados

Após muita discussão, foi aprovado ontem, por 14 votos a um, o projeto de lei que determina que a própria Assembléia Legislativa faça o pagamento das indenizações do seguro de vida aos ex-parlamentares pertencentes ao extinto Instituto de Previdência dos Deputados (IPDE). Em caso de morte, haverá o pagamento de R\$ 90 mil.

O único voto contrário à decisão foi o da deputada e presidente da CPI do Seguro, Janete de Sá (PSB).

Antes do início da sessão extraordinária, o clima era confuso. Um grupo de aproximadamente 14 deputados ficou reunido, por quase meia hora, no Salão Nobre da Assembléia.

A deputada Janete saiu da sala bastante nervosa e disse suspeitar de um acordo feito entre parlamentares da Casa para aprovar o projeto.

Segundo ela, tudo não passa de uma estratégia para que a CPI do Seguro, que investiga irregularidades no contrato do seguro de vidas dos deputados, desde 1991, acabe não sendo concluída.

“Por mais tentativas que houver para esvaziar a CPI do Seguro, ela não vai acabar em pizza. Com essa aprovação, a Mesa Diretora vai fazer com que o objeto das investigações da CPI acabe não existindo. Então vamos abrir a CPI do benefício aos ex-deputados”, destacou Janete.

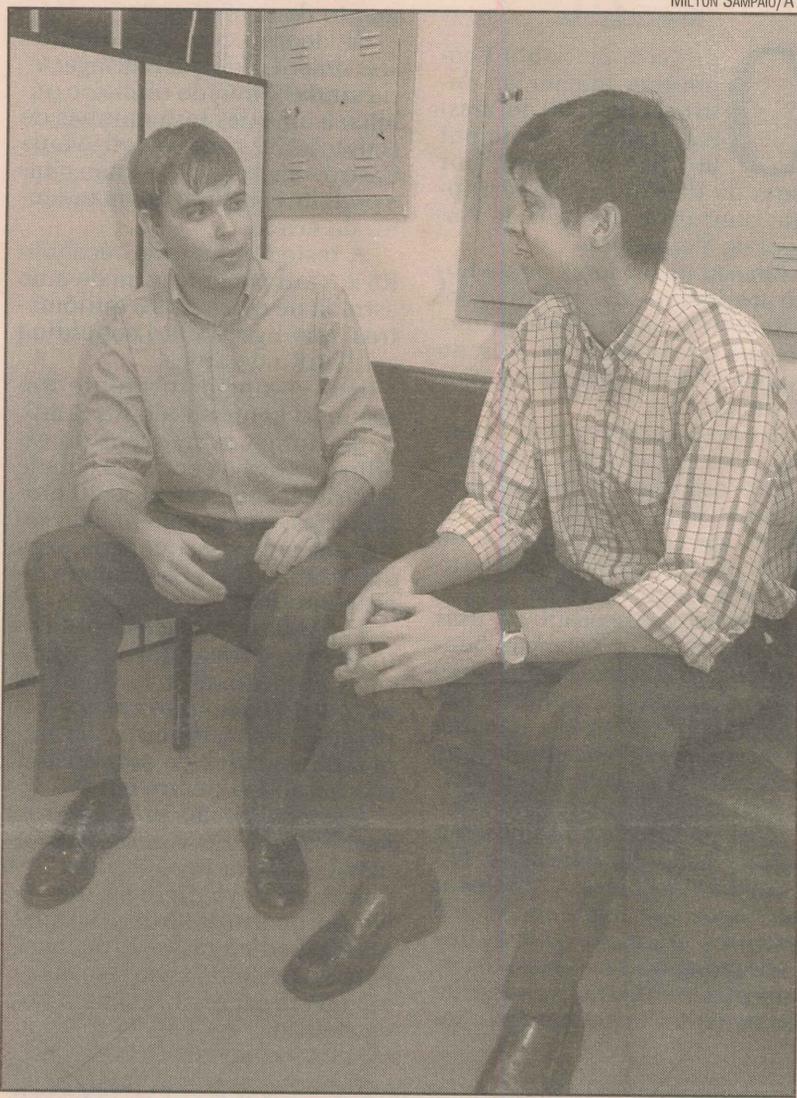
Em seu discurso, ela disse ainda que a Mesa Diretora deveria aguardar a análise da Superintendência Nacional de Seguros (Susep), para só então dar encaminhamento à votação.

“Nós não podemos votar um direito que não existe. Estamos aqui para investigar a legalidade do seguro e não ficar enganando ninguém. Além disso, a Susep deu um parecer que é indevido. O órgão considera que o seguro não é obrigatório, é facultativo.”

Já o vereador Helder Salomão (PT) rebateu as afirmações da deputada. Segundo ele, a Susep não tem poder de julgar o que está certo sobre as leis que determinam o pagamento do benefício.

“A Susep não tem competência para dar parecer sobre constitucionalidade”, destacou.

O presidente da Assembléia, Claudio Vereza (PT), lembrou que a aprovação feita não atrapalha a continuidade da CPI.



Michel e Thomaz querem comitê para propor leis

Jovens de partidos se encontram hoje

Líderes de juventude do PMDB, PPS e PL vão discutir hoje a criação do Comitê Estadual de Juventudes Partidárias que vai atuar na defesa de uma legislação jovem no Estado.

Segundo explicou o presidente estadual do PMDB Jovem, Michel Barth, o objetivo do comitê será a defesa dos direitos dos jovens capixabas, pois a legislação não possui praticamente nenhuma lei direcionada a esta faixa etária.

Além disso, o comitê vai trabalhar também na elaboração de projetos de lei, que serão apresentados aos parlamentares com o intuito de que sejam protocolados e aprovados.

“Por exemplo, se o comitê fizer um projeto de lei, eu vou apresentá-lo aos parlamentares do meu

partido, assim como a juventude do PPS também vai procurar os seus políticos. Com isso, esperamos que eles adotem a nossa causa e nos ajudem a criar melhores condições de vida aos jovens capixabas”, contou.

O presidente estadual do PPS Jovem, Thomaz Tommasi, ressaltou que a iniciativa de criar um comitê direcionado aos anseios dos jovens é inédita no País. Ele explicou ainda que a entidade vai tratar dos problemas vividos pelos jovens do Estado de uma forma segmentada.

“O comitê será formado por vários grupos temáticos que trabalhará separadamente as barreiras que têm impedido os jovens de começarem a sua vida como é a questão do primeiro emprego e o acesso a educação”, contou.

MARCELINO – O presidente do PMDB regional, Marcelino Fraga, explicou ontem que em momento algum teria assumido que o edital de convocação para realizar a convenção estadual, no mês passado,

estivesse errado.

“A convenção teria que ser mesmo extraordinária porque estava fora do calendário nacional do partido, que é 14 de dezembro. Tínhamos autorização da direção para isso”, disse.